



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo:** 08075512720198180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCAS DO VALE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Cumpre esclarecer que no âmbito administrativo, a parte autora foi submetida à perícia médica, e após a realização da mesma a parte ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais se cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa e em consonância com a lesão apresentada na documentação médica.

Em prosseguimento, com a realização da perícia judicial, foi constatada lesão no membro inferior direito na graduação de 50% (cinquenta por cento).

**ENTRETANTO, VALE AINDA RESSALTAR, QUE A PARTE AUTORA NÃO APRESENTOU QUALQUER DOCUMENTO CONCLUSIVO NO QUE TANGE AO DIREITO DE RECEBER A ÍNTEGRA DO TETO INDENIZATÓRIO, MUITO PELO CONTRÁRIO, APRESENTA A MESMA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, OU SEJA, NÃO COLACIONA AOS AUTOS NENHUMA DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE O AGRAVAMENTO DA LESÃO APURADA NA ESFERA ADMINISTRATIVA.**

Ademais, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 3 de janeiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**